



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Casa Civil

DECRETO Nº 9.259, DE 03 DE JULHO DE 2018

[- Revogado pelo Decreto nº 9.799, de 26-01-2021, art. 10.](#)

~~Estabelece os procedimentos para a fiscalização das empresas que executem atividade de desmontagem de veículos terrestres e comercialização de partes e peças usadas de veículos originárias de desmonte, no âmbito do Estado de Goiás, e dá outras providências.~~

-

-

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 201800025013671 e,~~

-

~~CONSIDERANDO os preceitos estabelecidos pela Lei federal nº 12.977, de 20 de maio de 2014, que regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres;~~

-

~~CONSIDERANDO as normas disciplinadas pela Lei estadual nº 19.262, de 20 de abril de 2016, a qual instituiu, para os estabelecimentos que executem atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres e comercialização de partes e peças usadas provenientes de desmonte, a obrigatoriedade de registro no DETRAN-GO;~~

-

~~CONSIDERANDO, ainda, a obrigatoriedade de estabelecer procedimentos para a fiscalização das empresas do ramo de desmonte de veículos e/ou comercialização de partes e peças usadas originárias dessa desmontagem, nos termos da legislação vigente;~~

-

~~CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 611, de 24 de maio de 2016, que regulamenta a Lei federal nº 12.977/2014,~~

-

~~D E C R E T A:~~

-

~~Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de fiscalização das empresas que executem atividade de desmontagem de veículos terrestres e/ou comercialização de partes e peças usadas provenientes de desmonte de veículos sediadas no Estado de Goiás, por meio de Força-Tarefa composta por uma Comissão de, no mínimo, 02 (dois) servidores titulares e respectivos suplentes, representantes dos órgãos e da entidade a seguir especificados:~~

-

~~I—Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás—SSP-GO;~~

-

~~II—Polícia Militar do Estado de Goiás—PM-GO;~~

-

~~III—Delegacia Geral da Polícia Civil—DGPC;~~

-

~~IV—Departamento Estadual de Trânsito de Goiás—DETRAN-GO.~~

-

~~Art. 2º Os integrantes da Comissão de Força-Tarefa serão indicados pelos titulares dos órgãos e da entidade indicados no art. 1º deste Decreto, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de sua publicação e designados por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual, nos seguintes termos:~~

-

~~I—a Presidência da Força-Tarefa será exercida por 01 (um) dos representantes do DETRAN-GO;~~

-

~~II — os integrantes da Força Tarefa se apresentarão na Gerência de Ação Integrada do DETRAN-GO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de publicação do ato de designação;~~

~~-~~

~~III — quando convocados para a operação de fiscalização, os representantes designados deverão ficar à disposição da Comissão da Força Tarefa;~~

~~-~~

~~IV — poderão ser convidados a participar de reuniões para programação e elaboração de estratégia, a fim de deflagração da operação de fiscalização, representantes da Associação Goiana de Municípios — AGM —, do Ministério Público Estadual e de outras instituições, quando necessário, com vistas à execução das respectivas atividades.~~

~~-~~

~~Parágrafo único. Durante sua ocorrência, as operações de fiscalização serão comunicadas ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para acompanhamento e adoção de providências fiscalizatórias no âmbito de sua competência.~~

~~-~~

~~Art. 3º Constatada infração às disposições legais vigentes, a empresa de desmontagem de veículos terrestres e/ou aquela que pratique comercialização de partes e peças usadas de veículos serão autuadas pelo DETRAN-GO, por intermédio de membros encarregados da Força Tarefa, mediante lavratura dos respectivos Auto de Infração e Termo de Apreensão, conforme modelos constantes nos Anexos I e II deste Decreto.~~

~~-~~

~~Art. 4º As sucatas de veículos, os itens de segurança veicular, assim como as partes e peças usadas de veículos terrestres encontradas nas empresas que executem atividade de desmontagem de veículos e/ou comercialização de partes e peças usadas em situação irregular serão, no ato de fiscalização, a cargo da Comissão da Força Tarefa e para os fins da legislação vigente, apreendidos mediante lavratura dos respectivos Auto de Infração e Termo de Apreensão.~~

~~-~~

~~Art. 5º Realizada a apreensão, pela Comissão da Força Tarefa, de sucatas veiculares, itens de segurança veiculares e/ou partes e peças usadas de veículos em situação irregular serão, de imediato, adotados os seguintes procedimentos:~~

~~-~~

~~I — emissão do Auto de Infração e Termo de Apreensão;~~

~~-~~

~~II — registro fotográfico;~~

~~-~~

~~III — recolhimento e guarda dos materiais apreendidos.~~

~~-~~

~~§ 1º Da autuação e apreensão realizadas pela Comissão da Força Tarefa caberá recurso administrativo ao DETRAN-GO, por intermédio do representante legal da empresa fiscalizada e autuada, o qual será endereçado à Gerência de Auditoria da Entidade Executiva de Trânsito do Estado de Goiás.~~

~~-~~

~~§ 2º Da manifestação da Gerência de Auditoria cabe apresentação de solicitação de reexame ao Presidente do DETRAN-GO, que finalizará a análise da matéria, no âmbito administrativo.~~

~~-~~

~~§ 3º Em caso de verificação de potencial risco ambiental decorrente do armazenamento de sucatas veiculares, itens de segurança veicular e/ou partes e peças usadas de veículos, serão eles destinados à destruição, como materiais inservíveis.~~

~~-~~

~~§ 4º Após comunicação da Comissão da Força Tarefa, o recolhimento, a ser efetuado no local de funcionamento das empresas de desmontagem, de sucatas veiculares, itens de segurança e/ou partes e peças usadas de veículos, quando verificado o potencial risco ambiental, deverá ser realizado por empresa do ramo de reciclagem, para fim de destruição, observado o atendimento das demais exigências da legislação e dos regulamentos ambientais pertinentes;~~

~~-~~

~~-~~

~~§ 5º A empresa de desmontagem que tiver apreendidos sucatas veiculares, itens de segurança veicular e/ou partes e peças usadas de veículos em situação irregular terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação de apreensão, para apresentar, no DETRAN-GO, os documentos comprobatórios de sua regularidade e/ou origem.~~

~~-~~

~~§ 6º Comprovada a regularidade e tendo as sucatas veiculares, os itens de segurança veicular e/ou as partes e peças usadas de veículos destinação conforme o § 3º deste artigo, deverá ser indenizada a empresa de desmontagem de veículos ou comerciante de partes e peças usadas, pelo valor de mercado de sucata ferrosa comum, de acordo com o peso e o volume constantes no respectivo Termo de Apreensão.~~

~~-~~

~~Art. 6º A fiscalização da regularidade das empresas de desmontagem de veículos terrestres e/ou comercialização de partes e peças usadas, bem como a apreensão de sucatas veiculares, itens de segurança veicular, partes e peças usadas de veículos em situação irregular serão efetivadas em razão do poder de polícia administrativa e da competência previstos na legislação federal, estadual vigente e por este Ato.~~

~~-~~

~~Art. 7º Cada órgão e entidade, no âmbito de sua competência, disponibilizará os recursos humanos e financeiros, como também os equipamentos e a logística, subsidiando plenamente o trabalho necessário à efetivação operacional da fiscalização e apreensão.~~

~~-~~

~~Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~-~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 03 de julho de 2018, 130ª da República.~~

~~-~~

~~JOSÉ ELTON DE FIGUERÊDO JÚNIOR~~

~~-~~

~~{D.O. de 04-07-2018}~~

~~-~~

#### ~~ANEXO I~~

~~-~~

~~AUTO DE INFRAÇÃO Nº \_\_\_\_\_/201\_\_\_\_.~~

~~-~~

~~-~~

DATA / HORA:		
SERVIDORES RESPONSÁVEIS _____ PELA FISCALIZAÇÃO:		

~~-~~

~~-~~

RAZÃO _____ SOCIAL _____ DA EMPRESA INFRATORA:		
ENDEREÇO:		
INSCRIÇÃO NO CNPJ/MF _____ E INSCRIÇÃO ESTADUAL:		
NOME _____ E _____ CPF/MF _____ DO REPRESENTANTE LEGAL:		

~~-~~

~~-~~

TIPIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO / EMBASAMENTO LEGAL



—

1

---

—

1

1

-	-
-	-
-	-

~~Termo de informação:~~

~~A empresa autuada que teve os bens acima descritos apreendidos poderá apresentar junto ao DETRAN-GO os documentos comprobatórios da regularidade das sucatas veiculares, dos itens de segurança veicular e das partes e peças usadas de veículos e de sua origem, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data da lavratura deste Termo de Apreensão.~~

~~Goiânia-GO, aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.~~

<del>ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA INFRATORA:</del>	-
<del>ASSINATURA DE INTEGRANTES DA COMISSÃO DE FORÇA-TAREFA, RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO</del>	-
	-
	-

*Este texto não substitui o publicado no D.O. de 04-07-2018 .*

Autor	Governador do Estado de Goiás
Órgãos Relacionados	Delegacia-Geral da Polícia Civil - DGPC Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN Ministério Público do Estado de Goiás - MPGO Poder Executivo Polícia Militar - PM Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP
Categorias	Segurança Pública Serviços Públicos